



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,79% São Paulo	174.070 170.653 3/7 6/7 7/7 8/7	R\$ 5,148 (- 0,09%)	2/julho 5,208 3/julho 5,169 6/julho 5,132 7/julho 5,153	R\$ 1.621	R\$ 5,883	14,15%	14,12%
1,09% Nova York							Janeiro/2026 0,33 Fevereiro/2026 0,70 Março/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Maio/2026 0,58

APOSTAS ON-LINE

Fachin associa bets a crime organizado

Assim como governo e deputados, presidente do STF, Edson Fachin, engrossa o coro de críticas contra plataformas ilegais

» ARMANDO HOLANDA

A regulamentação das apostas esportivas voltou ao centro do debate em Brasília, ontem, com discussões na Câmara dos Deputados sobre os impactos das empresas de apostas on-line no esporte, na saúde pública e na economia; e com a aprovação, pelo Senado Federal, de uma medida provisória que destina parte da arrecadação do setor ao Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Funapol). E, em paralelo, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, engrossou o coro contra as bets, alertando sobre a relação das casas de apostas com o crime organizado. Segundo ele, uma das forms mais eficazes de sufocar mecanismos de lavagem de dinheiro é por meio dessas plataformas.

A relação entre o crime organizado e as bets no Brasil “é um tema estruturalmente relevante para despertar, cada vez maior, a necessidade de uma regulação financeira que esteja atenta para este grave problema social e de segurança pública”, de acordo com Fachin. O ministro participou, ontem, de cerimônia de inauguração da nova estrutura especializada do Tribunal de Justiça de São Paulo, criada para impedir que o Primeiro Comando da Capital (PCC) fortaleça seus tentáculos no Estado.

“Nós sabemos que, infelizmente, há um mercado ilegal e clandestino que permanece à margem do Estado e, mesmo nas atividades aparentemente ilícitas e na criação de estruturas empresariais aparentemente ilícitas, também há a prática de muitos delitos que devem ser coibidos, como a lavagem de dinheiro, além da integração com outras atividades criminosas, que é o tráfico de drogas, o contrabando, os jogos ilegais, a extorsão, a corrupção”, disse Fachin.

Rômulo Serpa/CNU



Ministro Edson Fachin, do STF, defende uma regulação que “esteja atenta para o problema social e de segurança pública” relacionado às apostas on-line

Audiência pública

Na Comissão do Esporte da Câmara, parlamentares, representantes do governo e especialistas discutiram o avanço das apostas esportivas, a publicidade das plataformas, a manipulação de resultados e o crescimento da ludopatia. A audiência pública foi solicitada pelo deputado Saulo Pedroso (PSD-SP), que defendeu o aperfeiçoamento da regulamentação para ampliar a proteção aos consumidores e preservar a integridade das competições.

Um dos discursos mais críticos foi o do deputado Luiz Lima (Novo-RJ), que defendeu restrições à publicidade das plataformas de apostas. “As apostas não fazem parte do cotidiano do esporte. Da mesma forma como foi proibida a propaganda de bebidas e cigarros no esporte, temos que fazer o mesmo com as bets”, afirmou.

O parlamentar também disse que investigações conduzidas no Rio de Janeiro apontam para uma migração de parte das operações do jogo do bicho para plataformas de apostas on-line e

criticou a participação de atletas e influenciadores em campanhas publicitárias do setor. “Pelé nunca fez publicidade de cigarro nem de bebida. Hoje a namorada do principal jogador da Seleção faz propaganda de bets. É uma covardia. Quem quiser apostar, aposte, mas a pessoa ser induzida é terrível. Eu acredito que a gente pode fazer alguma coisa aqui nesta Casa”, declarou.

Representando a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, o secretário-adjunto

Fábio Macorin afirmou que as plataformas autorizadas utilizam reconhecimento facial para identificar usuários, monitoram apostas e saques para prevenir fraudes e mantém mecanismos para impedir o acesso de menores de idade e de pessoas legalmente proibidas de apostar.

“O sistema de gerenciamento de apostas possui um módulo de impedidos, abastecido com informações de beneficiários de programas sociais, como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada

(BPC). Pessoas atendidas pelo Denrola também ficam impedidas de apostar durante um ano”, disse.

Macorin informou ainda que o mercado regulado de apostas movimentou R\$ 37 bilhões em faturamento bruto em 2025. A coordenadora de Atenção Psicossocial do Ministério da Saúde, Gabriela Andrade, alertou para o crescimento da ludopatia no país. Segundo ela, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece o transtorno do jogo como uma dependência comportamental.

“Cerca de 1,9% da população mundial apresenta transtorno do jogo. No Brasil esse índice chega a 4,4%”, declarou. Ela acrescentou que “um em cada 10 adolescentes aposta no Brasil” e destacou que esse problema ainda está associado ao endividamento, ao aumento do risco de suicídio, à violência doméstica e a outros transtornos psiquiátricos.

Arrecadação

O Senado aprovou, ontem, uma Medida Provisória que destina parte da arrecadação das apostas de quota fixa ao Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Funapol). Como o texto foi mantido sem alterações em relação ao aprovado pela Câmara dos Deputados, a proposta segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A matéria estabelece que até 3% da arrecadação das bets será direcionada ao fundo de forma escalonada: 1% em 2026, 2% em 2027 e 3% a partir de 2028. Segundo o governo, os recursos serão remanejados da parcela atualmente destinada à seguridade social e servirão para garantir uma fonte permanente de financiamento às atividades da Polícia Federal, sem criar novas despesas obrigatórias para a União. (Com Agência Estado)

PAUTA-BOMBA

Nova rodada de negociações

» RAFAELA GONÇALVES

A equipe econômica retomou, ontem, o diálogo com parlamentares em torno do projeto de lei que trata da renegociação das dívidas de produtores rurais e tenta construir um acordo com a bancada do agronegócio para recuperar o equilíbrio das contas públicas. Entre as alternativas em análise está a edição de uma Medida Provisória (MP) com regras mais restritas do que as aprovadas pelo Senado e com foco em produtores afetados por eventos climáticos.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, voltou a discutir o tema com lideranças políticas em reunião na residência oficial do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), na tentativa de aproximar as posições entre governo e Congresso. O encontro

ocorreu após a rodada de conversas realizada na véspera entre integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e representantes da equipe econômica, que terminou sem consenso.

A principal preocupação da Fazenda é evitar que a renegociação se transforme em um programa de elevado custo fiscal. Por isso, o governo pretende limitar o benefício a produtores que sofreram perdas decorrentes de secas, enchentes e outros eventos climáticos extremos, excluindo, em um primeiro momento, casos motivados apenas por queda de renda.

Em paralelo às negociações, a FPA encaminhou ao ministério uma contraproposta com condições mais amplas para o refinanciamento das dívidas. O texto defende a manutenção do acesso aos recursos do Fundo Social do pré-sal

Washington Costa/MF



Ministro Dario Durigan reuniu-se, ontem, com parlamentares

para financiar parte da operação e propõe juros diferenciados conforme a origem das perdas, com taxas menores para produtores atingidos por adversidades climáticas.

“Vamos trabalhar, agora, para ver o enquadramento, a taxa de juros, quanto vai custar essa equalização, e a possibilidade de atender o maior número de produtores”, disse o presidente da FPA, deputado Pedro Lupion

(Republicanos-PR).

Pela proposta em estudo na equipe econômica, a renegociação abrangeria operações de até R\$ 8 milhões, com prazo máximo de oito anos para pagamento, dois anos de carência e juros entre 6% e 12% ao ano, conforme a modalidade de crédito. O governo também avalia criar mecanismos de garantia para facilitar a concessão de novos financiamentos ao setor.

Já a bancada ruralista propõe ampliar o limite para R\$ 10 milhões por produtor e R\$ 50 milhões para cooperativas. O prazo de pagamento seria de até 10 anos, com dois anos de carência sem cobrança de juros. Além disso, os parlamentares defendem a manutenção do texto aprovado pelo Senado, que permite a renegociação também para produtores que registraram perdas de renda, desde que atendidos critérios mínimos de enquadramento.

Juros

A proposta da FPA estabelece juros escalonados conforme o perfil do produtor. Nos casos de perdas climáticas, as taxas seriam de 4% para beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), 6% para produtores enquadrados no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), e 8% para os demais. Para operações relacionadas à perda de renda, os percentuais passariam para 5%, 7% e 9%, respectivamente.

As diferenças entre as propostas também aparecem nas estimativas de impacto fiscal. Segundo

cálculos da equipe econômica, um programa com juros entre 6% e 12% representaria custo de R\$ 1,5 bilhão por ano. A FPA estima que seu modelo, com juros reduzidos e diferenciação entre os beneficiários, elevaria essa despesa para cerca de R\$ 2,5 bilhões anuais.

O principal impasse permanece na abrangência da renegociação e no nível de subsídio oferecido. Para o Ministério da Fazenda, o texto aprovado pelo Senado cria condições excessivamente favoráveis, e pode comprometer o equilíbrio fiscal, além de aumentar a exposição de instituições financeiras com forte atuação no crédito rural, como o Banco do Brasil.

Nos bastidores, integrantes da equipe econômica classificam a proposta como uma potencial “pauta-bomba”, com impacto estimado em cerca de R\$ 140 bilhões ao longo de 10 anos. A avaliação é que, caso o projeto seja aprovado pela Câmara sem mudanças, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá vetá-lo, com a possibilidade de o governo recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) se o veto vier a ser derrubado pelo Congresso.